

JOSÉ LUÍS BRANDÃO DA LUZ

Actas do Colóquio Comemorativo dos 450 Anos da Cidade de Ponta Delgada
pp. 249 a 270

EUGÉNIO PACHECO E A SUA POLÉMICA COM MIGUEL BOMBARDA

EUGÉNIO PACHECO E A SUA POLÉMICA COM MIGUEL BOMBARDA

por
José Luís Brandão da Luz

PONTA DELGADA
1999

1. Miguel Bombarda visitou os Açores em finais de Agosto de 1898 com o intuito de habilitar tecnicamente a Junta Geral do Distrito de Ponta Delgada a organizar o plano de construção dum hospital psiquiátrico em S. Miguel. Nessa época, tinha-se já destacado como notável professor de Fisiologia e Anatomia Geral da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa e como reformador do Hospital Psiquiátrico de Rilhafoles, na capital, de que era director desde 1892.

Este estabelecimento, fundado por Francisco Pulido em 1848-1850, passou por profundas reformas e melhoramentos que transformaram por completo o «velho asilo, elevando-o da degradante situação de um depósito de alienados, mal arrumado e imundo, à categoria de um Hospital Psiquiátrico, que ainda hoje seria aceitável em parte se fosse possível reduzir o número de doentes que nele encontram o único abrigo, às disponibilidades da sua lotação»¹. Juntamente com o Hospital do Conde Ferreira, do Porto, inaugurado a 24 de Março de 1883, a capacidade de internamento hospitalar do país cobria apenas um décimo das necessidades. Para alterar este estado de coisas, a lei de 4 de Julho de 1889 divide «o continente do reino e ilhas adjacentes» em 4 círculos e autoriza o governo a construir, entre outras

¹ Sobral Cid, *O Professor Miguel Bombarda. A sua carreira e a sua obra de alienista*, Faculdade de Medicina de Lisboa, 1925, p. 7.

estruturas de apoio aos doentes e atrasados mentais, um hospital em Lisboa para 600 pessoas, um em Coimbra para 300 e outro em S. Miguel com a capacidade para 200 pessoas. Simultaneamente, cria «o fundo de beneficência pública dos alienados», constituído por diversos impostos que deveriam custear toda esta rede hospitalar que se projectava construir.

O capítulo introdutório do trabalho do Dr. Gil Mont'Alverne de Sequeira, *Os alienados nos Açores*, faz referência aos estudos preliminares que justificavam a urgente publicação desta lei, apresentando nomeadamente o resultado dum censo publicado, com data de 1 de Janeiro de 1878, que apurou existirem 9 106 alienados em todo o continente. Mas estes dados serviram também para acentuar o nosso distanciamento relativamente a alguns países da Europa, onde recolhidas estatísticas efectuadas entre 1878 e 1882 apuravam que mais de metade dos alienados eram assistidos, em França e na Suíça, que a Inglaterra cobria nove décimos da sua população carenciada e a Itália dispunha de 62 estabelecimentos hospitalares. A situação portuguesa apresentava um desfazamento confrangedor com estes países, mantendo um preocupante alheamento face às grandes reformas que o sector conheceu, desde o final do século XVIII, graças à acção de Pinel e Esquirol, que estabeleceram as bases do tratamento psiquiátrico em estabelecimentos apropriados, sem as tradicionais terapêuticas de violência e maus tratos que eram correntes até então.

Nos Açores, o hospital estava projectado para Ponta Delgada e deveria servir os doentes dos três distritos insulares, estimados em 694, conforme dados recolhidos pelo Dr. Gil Mont'Alverne de Sequeira, na obra a que nos referimos. Este estudo estatístico apresentava o quadro da população afectada, nas 125 freguesias que então existiam no Arquipélago, segundo diferentes graus de perturbação mental, desde a idiotice à loucura furiosa. Pretendia assim constituir uma chamada de atenção para a urgente necessidade de se empreender a construção dum hospital psiquiátrico em Ponta Delgada, ao mesmo tempo que denunciava a situação deplorável em que viviam os alienados e a insensibilidade do país para atender ao problema, apesar do grande exemplo de prática cristã da caridade que havia dado ao mundo pela acção das Misericórdias.

Os alienados partilhavam, nos Açores, da mesma desolação e desamparo em que viviam em Portugal, tendo o Dr. Mont'Alverne, defensor infatigável da causa desses excluídos sociais, traçado o quadro da situação açoriana nestes precisos termos:

Não há para uma população de 255 594 almas um manicómio, um hospício, um asilo, uma casa de saúde ou qualquer outro estabelecimento, onde se recolham alienados, cuja sequestração é feita nas cadeias, como se fossem celerados, e nas masmorras dos hospitais civis, que os decompõem em vida à míngua de luz e de ar!

Os que escapam ao ergástulo violento e desumano vagueiam pelos campos e pelas ruas em vergonhosa exposição da sua desgraça, à mercê do tempo, famintos, andrajosos, desafiando os apupos do rapazio inconsciente, porque nem sequer polícia existe.

Para cúmulo da miséria, os vapores que navegam entre ilhas e o continente não os transportam, privando os pobres de recorrer aos hospitais de Lisboa e Porto, e impedindo os remediados e ricos de se utilizarem dos especialistas!

Os poderes públicos, deixando no abandono esta classe de doentes, autorizam tacitamente uma procriação inútil e nociva, que de ano para ano vai avolumando os Algarismos da estatística e multiplicando os exemplares de degenerados.

Os médicos açorianos, como em regra os do país, entregues à policlínica e tendo apenas ligeiros conhecimentos de patologia mental e de psicoterapia, não podem atenuar sequer a falta de hospitalização e de higiene, a carência de enfermagem e de meios terapêuticos, ainda mesmo que as corporações locais quisessem e pudessem fazer alguma coisa, no sentido de melhorar a misérrima situação dos indivíduos atacados da loucura.

Nas capitais dos distritos dá-se protecção mais ou menos eficaz a presos, indigentes, prostitutas e enfermos não alienados, mas para doidos, cretinos e idiotas não há um único recurso, porque não existe um só albergue que os receba e que os trate carinhosamente².

² Gil Mont'Alverne de Sequeira, *Os alienados nos Açores. Ensaio de estatística*. Publicação feita por ordem da Junta Geral do Distrito de Ponta Delgada, Tipografia Elzeviriana, 1898, pp. 20-22.

E Mont'Alverne conclui, em jeito de apelo às consciências bem formadas, lembrando que, apesar da generosidade dos açorianos e da insistência com que a imprensa local denuncia as deploráveis condições de vida dos alienados e o seu crescente número, «não houve em todo o arquipélago um único legado a favor daqueles desgraçados, cuja doença é uma desolação e um opróbrio!»³.

2. Por ter solicitado a descentralização administrativa, por força do Decreto de 2 de Março de 1895, a Junta Geral do Distrito de Ponta Delgada assumiu a incumbência de construir o hospital, devendo para o efeito receber do governo central a cedência dum edifício e a transferência dos impostos cobrados no distrito para a sua instalação. Esta medida nunca foi concretizada e quanto ao assunto das instalações, diz Mont'Alverne que «nem em tal se falou, visto que não há, porque se acabaram os mosteiros, refúgio de todas as repartições públicas, governos civis, tribunais, quartéis, hospitais e cadeias do país»⁴.

A Junta Geral chegou a nomear uma comissão de médicos do hospital e de engenheiros das obras públicas, que decidiu a sua localização num terreno com 12 483 m², em S. Gonçalo. A planta do edifício foi apresentada a 31 de Março de 1897 pelo Eng. Aníbal Gomes Ferreira Cabido, acompanhada da respectiva memória descritiva e justificativa. Porém, apesar da comissão integrar um corpo de médicos, o plano da obra não revelava a sua colaboração. Esta situação, segundo Mont'Alverne, não se deveria atribuir ao autor do projecto, mas à intromissão prepotente duma personalidade exterior à comissão, que não identificou, e que impôs autoritariamente as suas ideias. Ao tomar abusivamente a liderança, assumiu-se simultaneamente como «sábio, alienista, arquitecto, engenheiro, higienista, esquecendo-se naturalmente de que já ninguém hoje pode ser enciclopédico, embora tenha talento e saber»⁵. O projecto acabou por revelar, por isso, lacunas que comprometiam a sua operacionalidade, pelo que não colheu o parecer favorável da Junta Consultiva de Saúde, que apontou graves deficiências

³ ID. *Ibid.*, p. 22.

⁴ ID. *Ibid.*, p. 97.

⁵ ID. *Ibid.*, p. 121.

na sua concepção. Nesta sequência, o Conselho Superior de Obras Públicas e Minas acabou por inviabilizá-lo, ratificando assim a decisão da Junta, por despacho de 19 de Julho de 1897.

O desaire sofrido não desmobilizou a firme determinação de prosseguir, pelo que foi constituída nova comissão, que reuniu a 11 e 18 de Fevereiro e a 1 de Março de 1898, a fim de tomar decisões com base em pareceres dados pelos médicos que a integravam. A escolha do local em S. Gonçalo foi confirmada, como revestindo as condições adequadas para a construção, tendo o Dr. Mont'Alverne apresentado a proposta de mandar o responsável pela execução da planta, Eng. Aníbal Cabido, para ir a Lisboa consultar o Prof. Miguel Bombarda, antes do projecto revestir a sua forma final.

Esta última deliberação teria sido, no entanto, ligeiramente alterada. Não foi o Eng. Cabido que se deslocou a Lisboa para ir auscultar o parecer do Director do Hospital de Rilhafoles, mas foi Miguel Bombarda em pessoa que veio a Ponta Delgada, a convite da Junta Geral, para, como o próprio escreveu, «combinar os planos do hospital de alienados que para o serviço do distrito ali se projectava»⁶.

A sua chegada foi saudada com especial destaque pelas autoridades locais, por pessoas representativas do meio social, por médicos e pela imprensa, tendo nomeadamente Eugénio Pacheco publicado no seu jornal *O Preto no Branco*, de 1 de Setembro de 1898, o elogio de tão ilustre visitante, fazendo-se eco das expectativas que a sua visita representava para acreditar o projecto de construção do referido hospital⁷.

⁶ In Eugénio Pacheco, *Pontos nos ii. Análise crítica do «Açores Médico» do Prof. M. Bombarda*, Coimbra, Tipografia França Amado, 1899, p. 67.

⁷ Ao noticiar a chegada de Miguel Bombarda a Ponta Delgada, Eugénio Pacheco apresenta-o como «um Professor verdadeiramente à altura do ensino modemo», incansável investigador e empenhado divulgador dos «progressos mais notáveis da ciência», em livros, ensaios, conferências e cursos livres sobre as doenças mentais, proferidos gratuitamente no Hospital de Rilhafoles. A sua intensa actividade hospitalar e as viagens de estudo a inúmeros países tornaram-no, juntamente com Júlio de Matos e Magalhães Lima, em um dos que, «entre nós, mais sabe de hospitalização de alienados». Conclui, alertando para a importância da sua opinião com respeito à escolha dum especialista para dirigir o futuro hospital, adiantando desde logo que tal se não poderá confiar a quem só sabe do assunto apenas pela leitura de alguns livros, numa alusão muito clara às eventuais pretensões que Mont'Alverne poderia alimentar pelo lugar.

A viagem parece não ter correspondido ao empenhamento da Junta Geral em proporcionar as condições para tão importante «visita de estudo». No entanto, Eugénio Pacheco não se teria perfilado para interpelar o Prof. Miguel Bombarda, mesmo se os «resultados visíveis» da sua deslocação se tivessem limitado a aprovar a escolha do local para construir o hospital e o projecto do Eng. Aníbal Cabido, o que poderia muito bem ter sido apurado em Lisboa, sem os incómodos da viagem, conforme ironiza Eugénio Pacheco. Aliás, em correspondência trocada com Mont'Alverne, o Director do Hospital de Rilhafoles já tinha dado resposta a diferentes questões relativas às características que deveriam revestir um hospital psiquiátrico nos Açores. Defendia que, para o número de alienados no Arquipélago, seria suficiente um só hospital, e sustentava a opinião de que a sua instalação deveria ser definitiva, sendo de rejeitar qualquer solução que assentasse na «adaptação dum edifício». Além do mais, o hospital deveria ser construído no campo, não longe da cidade, devendo «os idiotas e cretinos» aproveitar também dos recursos do internamento hospitalar, pois poderiam auxiliar nos serviços do dia a dia⁸.

O que o fez avançar no combate foi a série de cinco artigos que, sob o título genérico de «Açores Médico», o Prof. Bombarda publicou na revista *Medicina Contemporânea* e que o *Diário dos Açores* reproduziu⁹. A leitura do segundo artigo provocou uma onda geral de indignação, «porquanto todos sentiram em cheio a bofetada estrugente que S. Ex.^a, através de mal disfarçados embustes de polidez, ousara pespegar na cara dum população inteira, que, pouco antes, o acolhera hospitaleira e afabilíssima»¹⁰. Por isso Eugénio Pacheco decide avançar em defesa do ultraje arremessado à

⁸ Cf. *Mont'Alverne de Sequeira. Correspondência (1881-1930)*, ed. org. por A. H. de Oliveira Marques e F. de Carvalho Louro, Instituto Universitário dos Açores, 1980, carta nº 24, de Miguel Bombarda, de 17. XII. 1896, p. 89.

⁹ Cf. *Diário do Açores* de 11, 24, 25 de Outubro e de 11 e 17 de Novembro de 1898.

¹⁰ Eugénio Pacheco, *Pontos nos ii*, p. 8. O *Açoriano Oriental*, de 5 de Novembro de 1898, reconhece a amabilidade com que Miguel Bombarda correspondeu ao convite da Junta Geral para emitir parecer sobre o projecto de construção do manicómio em Ponta Delgada, mas estranha, ao mesmo tempo, o teor dos artigos que vieram «levantar entre nós um protesto de indignação!». Põe em questão o crédito das suas fontes, responsáveis porque, «na maior parte das coisas açorianas, só visse o lado mau em umas e em outras achasse o mal quando ele não existe!». Entre estas últimas, encontram-se as referências à Fábrica de Tabaco Micaelense, que são desmentidas de

distância, sentido de forma particularmente intensa, por ter coincido com os esforços que, com um grupo de notáveis de Ponta Delgada, empreendera para a constituição da «Sociedade Propagadora de Notícias Micaelenses». Esta associação, aprovada por alvará do Governo Civil de 16 de Maio de 1899, visava difundir notícias, no país e no estrangeiro, sobre as potencialidades naturais e culturais de S. Miguel, promovendo o estudo, no domínio da história e da cultura, mas também da economia, e propondo-se intervir junto dos poderes públicos com projectos que pudessem contribuir para a «propaganda micaelense»¹¹.

imediatamente, com base em pesquisas que o jornal efectuou. Assim, em tom de desabafo irreprimível, não deixa de concluir da seguinte forma: «É para admirar que os estrangeiros achem aqui tanto de bom e que um português ache "somente" tudo, ou quase tudo, péssimo, digno de censura! Devemos convencer-nos que esta ilha tem tudo a esperar dos estrangeiros e nada dos portugueses: factos o mostram».

Também *A Ilha*, de 7 de Novembro de 1898, em extenso artigo de primeira página, sai em defesa da imagem da Fábrica de Tabaco Micaelense, que assegurava 540 postos de trabalho, ocupados na sua maioria por «raparigas». No centro da página insere uma gravura do edifício «para dar uma ideia das condições higiénicas daquele estabelecimento, cheio de janelas, ventiladores, e de grande porção de espaço livre, de céu aberto». O número do jornal da semana seguinte dedica igualmente o seu espaço nobre à crítica e correcção das «inexactidões» contidas nos artigos do Dr. Miguel Bombarda que, por prejudicarem «os créditos e interesses desta ilha, encheram de indignação muita gente». Mais comedida foi a reacção da *Gazeta da Relação* de Francisco Maria Supico. No seu número de 27 de Outubro, ao noticiar a transcrição dos artigos pelo *Diário dos Açores*, diz que eles são «muito dignos de serem lidos pelo que dizem de bom desta terra», mas, por outro lado, lastima «que as notas que tomou a respeito da nossa indústria de tabaco fossem precipitadas e sem a clareza suficiente para que, nessa parte, tão excelente escrito deixasse de ter inexactidões». Todavia, a 19 de Novembro, noticia a publicação do último dos cinco artigos do Prof. Bombarda, terminando com o seguinte comentário: «abriram e fecharam muito bem os referidos artigos». Por seu turno, enquanto que *A Persuasão* de 19 de Outubro noticiava a publicação do primeiro artigo da série do «Açores Médico», considerando-o um «artigo notável» pela sua forma literária, pela exaltação que faz das belezas e riquezas naturais da ilha de S. Miguel, a 2 de Novembro, falava do contributo da indústria para a prosperidade do distrito e atribuía as inexactidões de Miguel Bombarda «à precipitação de escrever, infidelidade de notas tomadas ou mesmo a erros de informação». É assim a opinião deste prestimoso jornal, que António Correia de Mendonça, redactor da *Ilha*, classificava de «órgão officioso dos nossos governantes» (in 13 de Agosto de 1898).

¹¹ Cf. *Estatutos da Sociedade Propagadora de Notícias Micaelenses. Fundada sob o alto patrocínio de S.A.S. o Príncipe de Mónaco*, Ponta Delgada, Tipografia Ferreira, 1899.

3. Como principal mentor do programa da Sociedade, Eugénio Pacheco não poderia ignorar o sucedido:

Eu não podia quedar-me indiferente em vista do agravo, tanto mais que, tendo iniciado nessa quadra os trabalhos para a propaganda micaelense, dentro e fora do país, e sendo o meu semanal – O Preto no Branco – o mais devotado propugnador desse grande movimento patriótico, o «Açores Médico» do Sr. Bombarda equivalia para nós outros a um golpe certo e fundo vibrado no programa que tínhamos entusiasticamente proclamado, sabe Deus com quanto sacrifício de tempo e de paciência, de amor-próprio e até de comodidades! Urgia, pois, responder. Demais, o Sr. Bombarda, pela sua posição oficial, e, como testemunha ocular do que referia em nosso descrédito, imprimira às suas declarações um cunho tal que para todos os efeitos se deveriam aí fora considerar seriamente autorizadas e verdadeiramente producentes!

Quem, por exemplo, no Continente português poderia imaginar nunca que um médico, professor duma escola superior e ao mesmo tempo director dum hospital civil, faltaria à verdade cinicamente, assegurando ter visto leprosos em trânsito pelas ruas de Ponta Delgada?! Quantas pessoas em Portugal estariam nos casos de reconhecer de pronto a torpe mentirola do nosso caro hóspede? Raras¹².

Tiveram assim origem os 5 artigos que Eugénio Pacheco escreveu em *O Preto no Branco* e que, sob a designação genérica «Pontos nos ii», procuravam reabilitar a imagem de S. Miguel, tão injustamente denegrida e distorcida pelos depoimentos da autoria do Prof. Bombarda. Os «Pontos nos ii», que apareceram no jornal durante o mês de Novembro e no primeiro dia de Dezembro, foram depois reunidos em livro pela Tipografia França Amado, de Coimbra, em 1899, juntamente com outras peças da polémica, como as respostas de Miguel Bombarda e as réplicas que estas suscitaram a Eugénio Pacheco.

Exceptuando a *Nação*, órgão do Partido Legitimista, os demais jornais do continente teriam recusado transcrever a resposta a Bombarda,

¹² Eugénio Pacheco, *Pontos nos ii*, pp. 8-9.

apesar de Eugénio Pacheco falar em várias diligências que foram feitas neste sentido. A necessidade de chegar ao público continental, que poderia ter tido acesso à reacção de Bombarda, desconhecendo entretanto a contestação que um jornal de S. Miguel lhe fizera, motivou Eugénio Pacheco a reunir em livro esta polémica, «para assim se verificar à justa quem foi o agravado, quem exorbitou das normas da crítica decente, quem converteu uma polémica meramente científica num perfeito pugilato no meio da rua»¹³. Conforme escreveu no final do último artigo e reiterou na introdução do pequeno volume, o seu único propósito foi, com serenidade e sem sensacionalismo, procurar convencê-lo para a «urgência que a lealdade lhe impunha duma retractação cavalheirosa e a todos os respetos satisfatória para os créditos honrados da minha Terra! Não fui azedo, nem agressivo. Podendo explorar em benefício da troça as calinadas hilariantes de que havia boa cópia na prosa do Sr. Bombarda, calei-me»¹⁴.

A análise crítica ao «Açores Médico» não se limitou à denúncia das observações nele contidas, mas também à demonstração metódica, com apresentação de dados, da sua inconsistência. A mais flagrante, e que ainda parece não ter perdido actualidade, dizia respeito às observações sobre o clima, que o visitante considerou de deprimente, por causa do calor insuportável duma atmosfera saturada de humidade. A este propósito escreveu: «não são somente os ananases que vivem em estufas. De toda a população da ilha se pode dizer o mesmo. (...) A bem dizer, desde o levantar, o corpo está envolvido numa camada aquosa que o mais pequeno esforço transforma em abundante sudação»¹⁵. Daqui ele derivava nefastas consequências, como a proliferação do reumatismo e a natural indolência das pessoas, com incidência grave na produtividade.

Eugénio Pacheco manifesta a sua profunda estranheza pelo primarismo que semelhante apreciação do clima micaelense traduzia, ignorando a informação segura que os mapas meteorológicos do nosso Observatório lhe poderiam ter fornecido, ou até mesmo o quadro dos

¹³ ID. *Ibid.*, p. 11.

¹⁴ ID. *Ibid.*, p. 10.

¹⁵ ID. *Ibid.*, pp. 25-26.

elementos fundamentais do clima micalense elaborado por Afonso Chaves e incluído na obra que o Prof. Barrois dedicou à fauna limnológica dos Açores. Nela encontraria informações sobre a temperatura, pressão atmosférica, total dos dias de chuva e outros dados, como a média anual de humidade, que se cifra em valores bastante afastados dos apontados pelo Prof. Bombarda.

Concedendo que a época estival em que a visita teve lugar tivesse coincido com uma mais elevada densidade da humidade do ar, que poderia ter até atingido os valores apontados, tal não autorizava a forma generalizada da conclusão. Se a visita de Miguel Bombarda tivesse ocorrido «nos começos da Primavera ou nos deliciosos dias do Outono, cremos bem que formaria outro conceito desta pobre estufa que tanto incomodou o seu sistema exsudatório!!»¹⁶. Em seguida tece considerações sobre a natureza do clima em geral e dos climas insulares em especial, chamando a atenção para a complexidade do tema, pela sua dependência dum grande número de variáveis que ultrapassam de longe o factor humidade. Salieta mesmo que esta constitui um factor moderador da salubridade do clima, como se depreende facilmente pelo contraste entre a qualidade de vida dos países desérticos, como a Líbia e a Argélia, e os de elevada humidade, como o Egipto e a Holanda, que constituíram focos florescentes de civilização e de elevadas condições de vida. A opção de muitos estrangeiros, que procuram os nossos ares para restabelecer a saúde, preferindo-os à secura dos invernos mediterrânicos, contraria frontalmente semelhante interpretação.

Outro tipo de críticas atinge o sector industrial de S. Miguel. Por um lado, é a Fábrica de Tabaco Micalense que utiliza mão-de-obra infantil e mantém as suas operárias num ambiente que as torna tristes e enfezadas. Por outro lado, é a expansão do alcoolismo em S. Miguel. As fábricas de álcool têm fomentado o consumo de licores alcoólicos, em prejuízo do vinho, chegando a apresentar a estimativa, sem se perceber em que dados se apoiava, de um consumo anual de álcool de mais de 4 litros por pessoa. Para além dos leprosos que dizia ter visto nas ruas de

¹⁶ ID. *Ibid.*, p. 34.

Ponta Delgada, quando apenas se conhecia um que não andava pela rua, Bombarda falava do ambiente doentio da ilha e atribuía a elevada propagação de febres tifóides à poluição das águas da Lagoa do Fogo que abastecem a cidade. Ignorava assim que a situação de isolamento dessa lagoa, no meio duma vegetação espontânea e sem a interferência da acção do homem nas suas margens, não se mostrava conciliável com semelhante hipótese.

A sua depreciação envolvia também os recursos termas das Furnas, em que falava da degradação do teor das propriedades das nascentes, que em geral considerava muito inferiores às principais termas do continente. Eugénio Pacheco denuncia a forma dogmática que estas afirmações revestiam, apesar de constituírem matéria complexa que não pertencia à sua especialidade. Estranhamente, Bombarda não se apoiava em nenhum estudo químico e parecia deixar-se simplesmente conduzir pelo cheiro das águas. É por isso lastimável que «a sua leviandade lhe não deixasse folhear uma obra portuguesa de reconhecido valor, cuja simples leitura bastaria para lhe abrir os olhos em matéria de águas medicinais»¹⁷, numa alusão à obra de Alfredo Luís Lopes — *Águas minero-medicinais de Portugal*.

As referências ao Hospital de Ponta Delgada, às hospedarias e à população em geral completam o quadro sombrio que apresenta dos Açores, afirmando peremptoriamente que a negligência do hospital e das hospedarias, quer na cidade, quer nas Furnas, «nos fazem pensar nos tempos mais selvagens da nossa província minhota»¹⁸. Relativamente ao baixo rendimento das classes trabalhadoras, dominadas pela humidade opressiva do clima, Eugénio Pacheco confronta-o com a pujante produtividade dos campos e pergunta ao Prof. Bombarda se encontrou, por acaso, as «nossas ruas ou estradas com dormentes ou sonâmbulos, que não desempenhassem um papel útil no concerto das actividades sociais?»¹⁹. O homem do campo de S. Miguel é vigoroso e persistente no cultivo da terra, e a fertilidade do solo, argumenta Eugénio Pacheco,

¹⁷ ID. *Ibid.*, p. 49.

¹⁸ ID. *Ibid.*, p. 51.

¹⁹ ID. *Ibid.*, p. 27.

em lugar de reduzir o seu esforço, constitui antes motivação para explorar as suas potencialidades.

4. O interesse desta polémica não terá, quanto a nós, de se compaginar ao âmbito específico dos assuntos em debate ou dos mal-entendidos em confronto, mas deverá permitir antes clarificar alguns traços destas controversas personalidades. Eugénio Pacheco travou acesas e incómodas polémicas que deram dele a imagem dum temperamento imprevisível e intempestivo, impermeável à conveniência de concessões ou compromissos para com eventuais pressões ou conjunturas sociais. Apesar de republicano claramente assumido, de 1890 a 1894, foi reitor do Liceu de Ponta Delgada para onde, dois anos antes, após ter concluído a sua licenciatura na Universidade de Coimbra, tinha sido nomeado professor de Ciências Naturais. Seria do período universitário a série incompleta de artigos que publicou, na revista *O Instituto*, de 1886, sob o título «Do lugar do homem na natureza». Aí ele debateu questões relativas à taxonomia das Ciências Biológicas, revelando um domínio muito actualizado das novas teorias da evolução, nomeadamente os contributos e as inovações introduzidas por Haeckel.

Seguindo uma linha de produção ensaística no campo das Ciências da Natureza, publica alguns trabalhos sobre rochas vulcânicas dos Açores e um compêndio escolar de Física. Todavia, a intervenção mais expressiva e permanente foi nos jornais, onde sustentou inúmeras formas de fomentar o desenvolvimento da sua ilha. Pertencem a esta categoria os artigos publicados em 1901, no *Localista*, onde expõe a vantagem de implementar em S. Miguel a pequena indústria. Em 1893, defende no *Diário de Anúncios* a urgência de melhoramentos públicos em S. Miguel, na sequência da recente ligação ao mundo pelo cabo telegráfico. Avança a favor da descentralização administrativa para os Açores, tendo sido redactor do jornal *Autonomia dos Açores*, onde criticava os princípios centralizadores do Decreto de 2 de Março de 1895²⁰. Na qualidade de

²⁰ Cf. Mário Mesquita, "Eugénio Pacheco. Uma concepção singular da Autonomia", em *Actas do Congresso do I.º Centenário da Autonomia dos Açores. A Autonomia no plano sócio-cultural*, Ponta Delgada, Jomal de Cultura, 1995, vol. II, pp. 145-172.

reitor do Liceu, elaborou um relatório para o governo, em que propunha a implementação de uma formação complementar aos cursos tradicionais ministrados nos nossos liceus, por forma a assegurar uma saída profissional capaz de responder às exigências do mercado de trabalho.

Eugénio Pacheco «era em extremo patriota, advogando com ardor todos os melhoramentos com que devia ser dotada a Ilha»²¹. Tal não o impediu de ser um espírito incómodo e intransigente na denúncia de procedimentos pouco transparentes. Deu voz a um protesto contra a adjudicação do fornecimento dum serviço à Santa Casa, decidido a favor de um dos seus mesários, o que levou à anulação do concurso. Com o título «Escravidade branca», denunciou a forma ilegal e duvidosa como estava a ser fomentada a emigração para o Havai. Desenvolveu uma extensa análise crítica ao trabalho de Mont'Alverne, intitulado *Os alienados nos Açores*. Num estilo cerrado, implacável e demolidor, censurou, entre outros reparos, a metodologia adoptada na recolha dos dados e questionou o interesse do estudo, em virtude da ausência de conclusões e de propostas sobre «a questão da assistência dos alienados nos Açores e para a questão, não somenos, do combate da enfermidade ou para a sua profilaxia»²². Acabou por acusá-lo de exagerar a cifra de alienados nos Açores para justificar a criação do manicómio em Ponta Delgada, «cuja direcção constituía o *sonho querido* de S. S.^a»²³.

Num longo depoimento, ainda hoje inédito²⁴, escrito pelo seu punho, Mont'Alverne explica a sua versão dos acontecimentos e faz diversos desmentidos à actuação de Eugénio Pacheco, a quem designa de «um exemplar raro de *loucura lúcida* com monomania de perseguição», conforme tinha sido classificado, diz ele, pelo Prof. Miguel Bombarda. Na verdade, as críticas de Eugénio Pacheco não eram apenas

²¹ Urbano de Mendonça Dias, *Literatos dos Açores*, Vila Franca do Campo, 1931, pp. 801-802.

²² Eugénio Pacheco, *Crítica dum livro: Os alienados nos Açores*, Ilha de S. Miguel, 1899, p. 85.

²³ *Ibid.*, p. 221.

²⁴ Arquivo Gil Mont'Alverne de Sequeira: Função Privada /GMS, Produção Literária /Artigos, acessível nos Serviços de Documentação da Universidade dos Açores, Ponta Delgada, cx. 1, n.º 591.

temperamentais, mas de uma incómoda pertinência e agudeza de análise. Se pareciam *loucas*, ao pôr a descoberto, sem olhar a quem, fragilidades e motivações inconfessáveis, que a respeitabilidade dos nomes e a grandiosidade dos projectos não conseguiam esconder, nem por isso deixaram de manifestar uma penetrante *lucidez* de espírito, que, sendo mais forte e irreprímível do que a força e o poder dos seus adversários, acabou também por vencer e aniquilar o próprio Eugénio Pacheco.

Depois de tanto inconformismo e dum permanente combate, exilou-se da sua terra, fixando-se nos Estados Unidos, onde permaneceu em Boston durante um ano. Em seguida, transferiu-se para o Liceu Camões, em Lisboa, onde leccionou até quase aos últimos dias da sua vida. Estes, no entanto, foram passados em Ponta Delgada, para onde decidiu voltar, já muito debilitado e numa fase terminal. Mont'Alverne, que sempre teria alimentado a ideia de proceder contra ele, quando foi prevenido do seu regresso, viu ter chegado o momento da desforra e foi pessoalmente a bordo para se certificar da sua presença no navio. No entanto, confessa desalentado nesse depoimento manuscrito, «tive de desistir de tudo e de vez, porque me vi em frente de um moribundo. Dentro de poucos dias falecia efectivamente e estava tudo acabado, porque Eugénio Pacheco ia dar contas a Deus!»

5. A crítica que Eugénio Pacheco dirige a Miguel Bombarda é orientada por um único desígnio, expresso aliás em forma de exortação, ao terminar a série de artigos «Pontos nos ii»: «que S. Ex^a. reconsidere e tenha a lealdade de vir a público corrigir os erros e inexactidões em que caiu»²⁵. Conforme denuncia, o depoimento do Prof. Miguel Bombarda enfermava duma «deplorável falta de observação conscienciosa dos factos em si — o que é flagrante — e da superficialidade com que são tocados assuntos, aliás importantes — o que é triste»²⁶.

Uma apreciação deste teor sobre Miguel Bombarda não encontramos feita apenas por Eugénio Pacheco. O Prof. Barahona Fernandes, na evocação que proferiu na sessão comemorativa do primeiro

²⁵ Eugénio Pacheco, *Pontos nos ii*, p. 53.

²⁶ ID. *Ibid.*, p. 20.

centenário do seu nascimento, na Academia das Ciências, em 6 de Dezembro de 1951, não deixou de chamar a atenção para as particularidades do pensamento de Bombarda, e lembrou também que aqueles que o conheciam e o apreciavam não deixaram, «de forma mais ou menos aberta, de levantar objecções, ou fazer reservas ao seu fogoso temperamento e sobretudo às suas excessivas opiniões»²⁷.

Miguel Bombarda entrou, em 1880, aos 29 anos, como professor da Faculdade de Medicina e desenvolveu, a partir de então, uma actividade intensa que marcou presença em variadas frentes de intervenção. A par do exercício profissional da clínica privada, da actividade docente e da direcção do Hospital de Rilhafoles, foi um ensaísta infatigável, publicando vários artigos em revistas da sua especialidade, nomeadamente a *Medicina Contemporânea*, que fundou com Manuel Bento de Sousa e Sousa Martins. Escreveu livros, proferiu conferências, organizou congressos, como o Congresso Internacional de Medicina, realizado em Lisboa, em 1906, e sustentou polémicas.

Em toda esta actividade deixou dispersa uma importante colaboração, nomeadamente, em comentários aos mais diversos acontecimentos médicos que ocorriam no país, e difundiu novas teorias e formas de tratamento no campo da psiquiatria. Desenvolveu intensos estudos de fisiologia, que serviram de base para uma visão mecanicista dos fenómenos vitais, os quais concebeu, de acordo com um determinismo estrito, como expressão do monismo químico de todos os elementos do mundo físico. As funções psíquicas compreendem-se a partir do seu suporte cerebral e a consciência como um resultado do movimento das conexões neuronais, o que poderá ser interpretado como um esforço para diluir as fronteiras do dualismo corpo e espírito. Partiu assim dos seus estudos de Fisiologia e Histologia para as mais ousadas concepções sobre o homem, a vida, o espírito e a natureza, segundo uma dimensão materialista.

Celestino da Costa, seu biógrafo, salientou a enorme facilidade com que procedia às generalizações mais precipitadas: «sem que tivesse

²⁷ Barahona Fernandes, «Miguel Bombarda, personalidade e posição doutrinal», in *Revista Filosófica*, Coimbra, 2 (1952) p. 45.

a sopeá-lo uma sólida preparação filosófica ou um verdadeiro espírito crítico, Bombarda arvorou a teoria do neurónio em chave do fenómeno psíquico, considerou-a como uma prova evidente de concepção monista»²⁸. Foi pioneiro em Portugal na investigação dos circuitos cerebrais, que está na base da compreensão da actividade mental, conforme veio a ser posteriormente desenvolvida pelas mais fecundas correntes que se dedicaram ao estudo da neurofisiologia, mas não conseguiu, no entanto, o equilíbrio que se deseja entre o trabalho de investigador experimental e as mais arrojadas especulações. O seu temperamento «impetuoso e dominador» contribuía para dar «um cunho dogmático e — contra a própria vontade — efectivamente metafísico — numa autêntica concepção do universo, que mais tarde se degradaria em propaganda polemística»²⁹.

O ímpeto especulativo perturbou significativamente a serenidade e a imparcialidade do cientista: «a sobrevalorização pessoal rompia os limites da crítica racional e tornava-se culpado das extrapolações e generalizações mais ousadas e injustificadas, em particular da “extensão” das leis e qualidades do mundo físico ao mundo biológico, anímico e espiritual»³⁰. Por isso, em Miguel Bombarda, coabitava uma incongruência permanente entre, por um lado, o resultado das suas pesquisas e leituras e, por outro lado, «a forma que lhes dava a sua personalidade». A objectividade do homem de ciência não resistia aos fulgores do seu carácter. Como sintetizou Barahona Fernandes, «o seu cientismo experimentalista implicaria uma mentalidade objectivante, realista, de livre exame crítico. O seu temperamento dava-lhe, porém, uma forma subjectivada, idealizada, apodíctica e sectária»³¹. As posições doutrinárias evoluíam, passando dum extremo ao seu oposto, muitas vezes tão rapidamente que os seus alunos só se apercebiam das alterações pelos resultados negativos dos exames. Mas, em todos os casos, como

²⁸ Celestino da Costa, *Miguel Bombarda*, sep. de *Médicos portugueses*, cit. em António de Magalhães, «Miguel Bombarda e Fernandes Santana», em *As grandes polémicas portuguesas*, Lisboa, Ed. Verbo, 1967, vol. II, p. 353.

²⁹ Barahona Fernandes, art. cit., pp. 52-53.

³⁰ ID. *Ibid.*, p. 57.

³¹ ID. *Ibid.*, pp. 56-57.

observa Celestino da Costa, «a forma do seu pensamento continuava a ser dogmática»³².

6. Eugénio Pacheco aparece muitas vezes arrebatado nas posições críticas das suas investidas, reconhecendo-se mesmo possuído duma personalidade «enérgica e indomável», conforme confessa a Mont'Alverne, em carta inédita de 24 de Janeiro de 1895³³. Esta carta, aliás, constitui o penhor dos mais profundos sentimentos de gratidão que alguém poderia exprimir. Com efeito, foi graças à intervenção de Mont'Alverne junto do Ministro da Justiça, a favor de José Pacheco, o segundo de seus irmãos, que este conseguiu a anulação da sua transferência de S. Miguel «para uma terra do norte de Portugal», conforme, por outro lado, Mont'Alverne esclareceu nos linguados a que já nos referimos e em que deixou manuscrita a sua resposta à crítica de Eugénio Pacheco ao seu estudo *Os alienados no Açores*. Esta carta, de quatro páginas, manifesta a intenção expressa de, como nela escreveu, servir de «documento da minha profunda gratidão». Ela responde mesmo à intenção de poder servir ao destinatário «como lhe aprouver, quando dela necessitar». Eugénio Pacheco, que informa o Dr. Gil Mont'Alverne do envio duma cópia daquela carta ao próprio Ministro, abre nela todo o seu coração, dirigindo-se-lhe nestes termos:

Meu querido Amigo, creia que o favor que me fez prende-me tanto, tanto a si que de hoje para o futuro sou o seu mais devotado amigo e o seu mais fiel servidor. Creia que não sou esquecido jamais aos favores que me fazem e que se algum grande defeito tenho é de ser amigo dos meus amigos e inimigo dos meus inimigos.

Quando se tem levado os pontapés que eu tenho levado, um favor, como o seu, é de tal significação que nunca mais se olvida.

O meu bom Amigo há-de permitir que lhe diga muito francamente o seguinte: de hoje para o futuro disponha de mim como quiser.

³² Celestino da Costa, ob. cit., *ibid.*

³³ Arquivo Gil Mont'Alverne de Sequeira: Função Privada /GMS, Correspondência Recebida, acessível nos Serviços de Documentação da Universidade dos Açores, Ponta Delgada, cx. 2, nº. 42.

JOSÉ LUÍS BRANDÃO DA LUZ

Estas palavras não faziam adivinhar o volte-face que, quatro anos depois, o fez passar para o extremo oposto desta relação de amizade incondicional, como revela a crítica ao estudo sobre *Os alienados nos Açores*. Mont'Alverne atribui esta mudança a ressentimentos que se acumularam na sequência de vários episódios, como a sua retirada de representante dos republicanos da lista da Comissão Autonomica e a intervenção não favorável de Mont'Alverne no júri médico que indeferiu o levantamento da tutela ao irmão, Pedro Pacheco, que se encontrava internado no hospital.

Eugénio Pacheco substituiu Mont'Alverne na redacção do jornal *A Autonomia dos Açores*, quando este foi eleito deputado, e ao receber a incumbência reconheceu bem a honra que lhe era atribuída e os constrangimentos sociais que a sua nomeação poderia implicar, chegando por isso a levantar o problema da conveniência política de tal escolha³⁴. Todavia, acrescenta logo de seguida os princípios em que aceita dirigir o jornal, definindo a sua linha editorial nos seguintes termos: «defendendo o programa da autonomia eu não sacrifico as minhas convicções republicanas nem posso ser jamais hostil ao partido a que me prezo de pertencer há muitos anos, embora dele esteja e continue a estar afastado».

Para o então reitor do Liceu de Ponta Delgada, estar ao serviço dos mais elevados ideais que pudessem ser favoráveis ao progresso da sua terra não parecia constituir impedimento para colaborar empenhadamente em parceria com outras facções partidárias, mesmo em oposição aos seus ideais republicanos. Por isso, estamos em crer que, a par duma irascibilidade incontida, sempre à flor da pele, pronta para se manifestar, as posições que toma contra Mont'Alverne não deixarão de traduzir, tal como aconteceu com relação a Miguel Bombarda, o desfazer duma ilusão sobre o alto conceito que, com o comum das pessoas, deles formava.

Não obstante o exagero de certos reparos, a tónica dominante da crítica aos dois autores não se circunscreve a questões de mera circunstância, de natureza formal e pessoal, mas incide de forma acutilante, é certo, em domínios nucleares das opções ou omissões

³⁴ Cf. *Mont'Alverne de Sequeira. Correspondência (1881-1930)*, carta n.º 5, de Eugénio Pacheco, de 28. II. 1894, p. 49.



Átrio do Palácio de Santana — Ernesto Condeixa, *Eugénio Pacheco apresentando a D. Carlos I o projecto dum monumento a Antero de Quental* (óleo sobre tela)

Foto de Álvaro Saraiva

metodológicas, mas também sobre o apoio dos argumentos a favor da construção do manicómio, chegando mesmo a questionar do real interesse e conveniência de tão grande empreendimento e discutindo outras soluções alternativas, porventura mais favoráveis às reais prioridades económicas da região.

No confronto destas polémicas, Eugénio Pacheco mostra bem ser um cidadão actuante, duma argumentação perspicaz e decidida, que talvez sobrevalorizasse demasiado a isenção de que se julgava possuído e a clarividência inquestionável com que combatia pelas suas posições. Mas, acima destes eventuais exageros, estava uma independência de juízo que se recusava a hipotecar aos interesses de pessoas ou de grupos, à subserviente idolatria de figuras influentes e ao seguidismo ideológico, o cumprimento dum serviço permanente em prol dos valores e dos interesses supremos da sua Terra.

Assim, encontramos este republicano indefectível, dos tempos de Coimbra até à morte, a prestar justiça ao jornal do Partido Legitimista, *Nação*, o único da capital que acolheu transcrever a defesa que publicou no *Preto no Branco* contra a reacção de Miguel Bombarda. Não se coibiu de prestar homenagem e público reconhecimento a esse «grémio venerando das relíquias do *Portugal velho*, onde pôde ecoar desafogadamente a voz dum obscuro republicano micaelense que parecia condenado a tragar no silêncio o fel duma dolorosa afronta!»³⁵. Da mesma forma, aquando da visita régia aos Açores, em 1901, não se mostrou retraído e foi ele mesmo, ao que parece, apresentar ao Senhor D. Carlos I de Portugal o projecto do imponente memorial a Antero, em cena que se encontra imortalizada num quadro de Condeixa, no Palácio de Santana, em Ponta Delgada.

Eugénio Pacheco exerceu o jornalismo com o fervor de quem prestava um serviço irrecusável, embora consciente de que esta sua actividade o tornava «pouco simpático à maioria dos políticos da nossa terra»³⁶. Apesar do seu envolvimento na causa da autonomia e do apreço

que a própria imprensa lhe reconhecia, percebia claramente as resistências que o seu nome provocava no meio político e social de Ponta Delgada. Por esta razão pôde declarar sem ilusões ser *amigo dos meus amigos e inimigo dos meus inimigos*. Mas, com a sua vida e militância obsessivas pelas causas nobres da Ilha e da Cidade, pôde também afirmar, desassombradamente, com a sua conduta, que era acima de tudo mais amigo da sua Terra.

³⁵ Eugénio Pacheco, *Pontos nos ii*, p. 12.

³⁶ *Mont'Alverne de Sequeira. Correspondência (1881-1930)*, carta n.º 5, de Eugénio Pacheco, de 28. II. 1894, p. 49.